

**MARGARIDA VILA FRANCA
E TIAGO OLIVEIRA**

“Lentidão da justiça é paga pelas empresas”



**Sócios da CMS Portugal dizem que o país
“dá segurança aos investimentos”.**

MARGARIDA VILA FRANCA E TIAGO VALENTE DE OLIVEIRA

País “dá segurança aos investimentos” mesmo com a “minicrise” política

Apesar do abrandamento sentido nos primeiros meses deste ano, Margarida Vila Franca e Tiago Valente de Oliveira, sócios da CMS Portugal, perspetivam um crescimento das operações de fusões e aquisições no mercado nacional, no total deste ano, fator que nem a crise política deve alterar. Já sobre a justiça, lembram que “a lentidão é paga pelas empresas”.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt



É evidente que a lentidão da justiça em Portugal é paga pelas empresas, tal como os cidadãos sofrem com essa lentidão.

MARGARIDA VILA FRANCA
Sócia da CMS Portugal

As fusões e aquisições (M&A) recuaram em 2024, a nível nacional. O início de 2025 continua fraco, fruto da conjuntura internacional, mas também da interna. Em entrevista ao Negócios, Margarida Vila Franca, recentemente nomeada sócia de Capital da CMS Portugal, e Tiago Valente de Oliveira, sócio de Corporate M&A da firma, perspetivam, ainda assim, que se possa assistir a crescimento nestas operações, este ano. Para os advogados, os investidores continuam a mostrar-se interessados no mercado português e o que chamam de “minicrise” política não veio alterar isso. Já sobre a justiça, lembram que “a lentidão é paga pelas empresas”.

Como avaliam o desempenho da área do M&A em 2024?

Margarida Vila Franca (MVF) – Do ponto de vista global, houve uma retoma da área de M&A, que estava estagnada em 2023. Em termos nacionais, aquilo que os números mostram é que houve uma quebra na atividade de M&A em 2024, face àquilo que são os números de 2023.

Sentiram, em particular, esse efeito de quebra no ano passado?

MVF – Na CMS Portugal não sentimos essa quebra. Já em 2023 tivemos um ano com muito, muito trabalho. Em 2024 mantivemos essa tendência e crescemos em termos de trabalho de M&A, eventualmente também benefi-

ciando daquilo que foi a retoma em termos globais da atividade.

Pode esperar-se um crescimento na área do M&A em termos nacionais para 2025?

MVF – Os dois primeiros meses não foram meses fantásticos. Aquilo que os números que já estão disponíveis mostram é uma quebra na atividade do M&A em relação ao período homólogo do ano passado. Mas ainda é muito cedo para considerarmos que esses números vão espelhar o ano todo. É minha opinião que, de facto, o ano de 2025, em termos nacionais, vai trazer números mais interessantes.

Tiago Valente de Oliveira (TVO) – O segundo semestre é normalmente mais dinâmico do que o primeiro, sendo certo que a ideia geral é que no segundo semestre é quando se efetivam a grande maioria das operações.

Há vontade de investir, portanto.

MVF – Nós vemos, em alguns estudos que têm sido feitos junto de potenciais investidores, vontade de investir. Existe liquidez, há certos contextos que melhoraram, há um controlo da inflação, uma redução das taxas de juro e, portanto, isso é favorável à atividade de M&A. Mas depois, por outro lado, temos esta incerteza gerada por um novo contexto geopolítico.

Que setores da economia pensam estar em foco este ano?

TVO – A banca oferece algumas oportunidades de consolidação e já verificámos isso o ano pas-



sado. Depois temos outras áreas que podem estar mais ao sabor dos eventos geopolíticos. A defesa, em termos de tecnologia de defesa, de equipamento de defesa começa a ser muito falada. Portugal é pioneiro em startups e, nessa medida, também acreditamos que possa haver aqui algum tipo de movimento nessa questão. E ainda na parte da construção, obras públicas no calendário e há muito dinheiro para ser investido, o que vai mexer com o setor em si.

MVF – Para além disso, destaca-se também o setor da saúde, onde está a haver claramente um processo de consolidação e acreditamos que vai continuar a merecer a nossa atenção. Portugal vai igualmente continuar a ter muita atividade à volta das renováveis.

A mudança da estrutura geopolítica em curso pode trazer oportunidades?

TVO – Podemos assistir aqui a um êxodo das grandes cabeças científicas que, nos últimos 20 anos, fizeram um movimento contrário, que é sair da Europa e ir para os Estados Unidos (EUA). E agora temos assistido à elite científica a ser “maltratada” pela administração dos EUA. Nessa medida, pode ser que assistamos a um movimento interessante para a nossa parte mais científica e tecnológica relativa às biotecnologias, às ciências biomédicas e não só.

A crise política que vivemos condiciona de alguma forma o interesse dos investidores em Portugal?

MVF – Não vemos isso

Luís Manuel Neves



como um entrave para a generalidade da atividade de M&A. Naturalmente, vai ser um entrave ou um atraso ao nível de todos os processos que envolvem decisão política. Portanto, alguns projetos, não só de M&A, mas grandes projetos para o país, em matéria de infraestruturas, como as eólicas offshore, a TAP, e a alta velocidade.

TVO – Em todo o caso, é uma crise política, mas no contexto mundial é uma ‘minicrise’. Os investidores sentem-se confortáveis e não é um fator que temos tido em algumas conversas. Porque a verdade é que o bloco central permite ter aqui algum tipo de segurança dos investimentos. As instituições funcionam e, portanto, nessa medida, não temos os mercados preocupados.

Que características positivas é que Portugal oferece aos investidores?

MVF – Custo é crítico. Mas não só. Eu vejo, por exemplo, no setor da tecnologia, também o nosso ‘know-how’. Portanto, é uma combinação dos dois. Custo e ‘know-how’. Temos vários clientes que sublinham essa combinação. Esperemos que, por enquanto, o custo e o ‘know-how’ sirvam para atrair investimento para Portugal, mas que possamos vencer a questão do custo mais tarde para que os salários reflitam aquilo que é o valor dos nossos recursos humanos e do nosso talento.

TVO – E estabilidade também. A estabilidade do país também é um fator interessante para os investidores estrangeiros.

E quais são as principais questões que vos são regularmente colocadas por investidores com interesse no país?

TVO – O investidor que vem já é conhecedor do mercado europeu. Mas o estado de organização da justiça, demoras de procedimentos de justiça, fontes e formas de acesso a capital, por exemplo, são fatores considerados a nível nacional. Temos um mercado mais reduzido, mas um mercado estável, com pontos positivos. Temos outros setores em que se vê Portugal como um ‘tubo de ensaio’ para ver se na Europa resulta. Na parte das marcas e patentes isso reflete-se muito.

A retenção de talento é uma característica a que os investidores estão atentos no país?

TVO – Na nossa realidade de M&A, no fundo, nós vemos a preocupação da retenção mais no sentido da retenção do topo. O investidor estrangeiro tem muita preocupação em reter o conhecimento, pelo menos por um prazo suficiente para haver uma passagem de conhecimento do dono ou do tecnológico, do engenheiro que desenvolveu determinada aplicação, para, no fundo, permitir preservar o valor na aquisição.

A justiça é vista como um entrave ao investimento por parte das empresas estrangeiras que querem investir em Portugal?

MVF – Podemos ver essa questão de duas formas diferentes. Ou seja, do ponto de vista da transação em si, não é um entrave, porque existem mecanismos que permitem, no fundo, contornar aquilo que é a lentidão da justiça portuguesa em caso de um eventual litígio, que é a arbitragem. Agora, é evidente que a lentidão da justiça em Portugal é paga pelas empresas, tal como os cidadãos sofrem com essa lentidão e não vemos os seus processos fechar.

TVO – A morosidade e a complexidade dos meandros da justiça não ajudam ao desenvolvimento do negócio, mas a implementação do negócio propriamente dito, é um bocadinho inócuo a essas questões.

Sentem que há instabilidade legislativa em Portugal?

TVO – Não sei se lhe chamaria instabilidade... Há muita novidade legislativa, porque há sempre muita legislação e, portanto, navegar nos meandros das novidades legislativas é difícil. Bom para o negócio, mas difícil para a atividade. Como estamos na linha da frente de assessoria ao negócio, somos sensíveis a essa questão. Mas é uma teia complexa e, portanto, a simplificação ajudaria toda a gente, sejam operadores públicos ou privados.

MVF – Mas começando pela simplificação também a nível europeu, porque há toda uma carga regulatória enorme, sobretudo em setores regulados. A carga legislativa, hoje em dia, tem de ser vista em várias dimensões. Não é só a nacional, é também a europeia.

Com o protecionismo norte-americano a ganhar nova força, o que podemos esperar disto?

MVF – Vai conduzir a um aumento do investimento na Europa, desde logo, na indústria. Não só por causa do tema das tarifas, mas que já tinha de alguma forma começado com algumas questões que foram levantadas pela pandemia e pelo desarranjo de toda a cadeia logística que resultou dessa situação e que levou a um repensar da globalização. Mas vamos ver onde é que esta guerra tarifária nos vai levar. Não sei se pela guerra tarifária ou se por um novo posicionamento geopolítico, mas espero que exista o crescimento da atividade económica na Europa. ■



Temos muitas obras públicas no calendário e há muito dinheiro para ser investido, o que vai mexer com o setor em si.

TIAGO VALENTE DE OLIVEIRA
Sócio da CMS Portugal



A carga legislativa, hoje em dia, tem de ser vista em várias dimensões. Não é só a nacional, é também a europeia.

MARGARIDA VILA FRANCA
Sócia da CMS Portugal